



ANDES-SN

Congresso diz não ao PL-9 e aprova indicativo de greve

Três temas se destacaram nas plenárias do 22º Congresso do Andes-SN: aprovação do indicativo de greve, caso o PL-9 volte ao Congresso Nacional; a reforma da Previdência e a criação de seções sindicais multi-institucionais no Sindicato. A Adufrgs esteve representada por 12 delegados. Leia a íntegra das cartas de Teresina e do Piauí.

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO Nº 0334/01
ECT / DR / RS
ADUFRGS
ACF CIDADE BAIXA

Páginas 6, 7 e 8

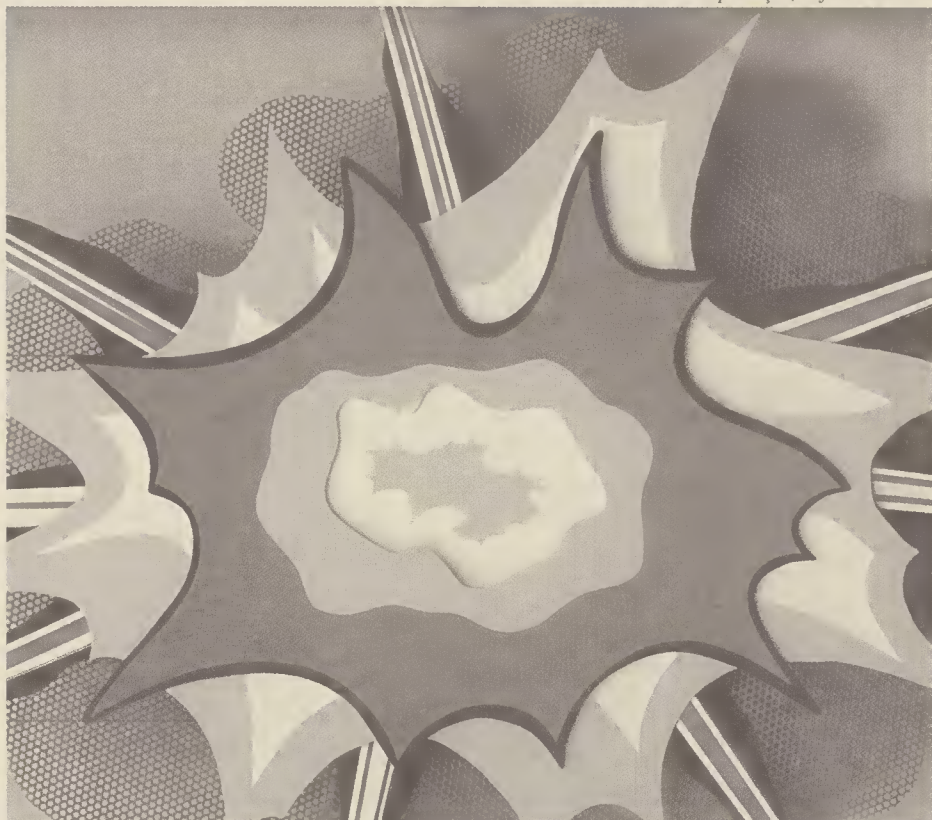


Mario Guerreiro

CAMPUS DO VALE
Anel viário fica pronto em junho
Página 4

COMÉRCIO
Formaturas viram superproduções
Página 5

Reprodução/Roy Lichteinstein



De Teresina a Bagdá

Assistimos no começo do mês (muitos de nós perplexos) à aprovação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição PEC 53/99. A proposta regulamenta e abre caminho para a autonomia do Banco Central. Foram 442 votos favoráveis. Todos dizem ter votado a favor do Brasil. Se os brasileiros serão beneficiados, temos sérias dúvidas. Entretanto, alguns deputados, depois da votação, declararam que apoiaram favoravelmente a PEC sob determinadas condições, uma delas a retirada do PL-9. Mas é tão importante assim a retirada do PL-9? Com certeza. A PL-9 solapa a previdência social pública (já debilitada pelas fraudes, desvios e sonegação) e institui a previdência social privada (cuja história não deixa dúvidas acerca de sua inviabilidade).

O XXII Congresso do ANDES em Teresina foi um espaço político bastante disputado em torno das idéias sobre conjuntura e propostas em relação ao governo Lula. Até mesmo esqueceram de formular uma proposta para C&T; para quem não lembra, este deveria ser o tema central. Claro que a previdência é o tema mais presente, mais imediato. Que demanda toda nossa atenção.

E talvez isso tenha gerado algumas análises tão passionais do momento nacional que estreitaram a nossa ação política ao "tudo ou nada" e ao "agora ou nunca". O sindicato não pode, em nome da pressa, abdicar da discussão crítica com seu interlocutor. Por outro lado, o governo e seus aliados precisam ter uma atitude menos arredia. Arredia sim, ao fugir aos debates, ao não apresentar propostas próprias e ao se dirigir à sociedade, através da imprensa, apenas para "desdizer" o que não teria dito.

A discussão se faz necessária. Agora e sempre. A Previdência diz respeito aos brasileiros de hoje e de amanhã. A falta de discussão, por responsabilidade da sociedade ou do governo, pode levar a uma Previdência social ainda mais excludente e injusta. E pode ser que só percebamos amanhã. Como uma bomba de efeito retardado, destas jogadas sobre Bagdá, cujos efeitos não serão mostrados pela TV, nem comentados nos jornais. Só estarão registrados nos olhos, nos ouvidos e nos gritos de quem os viverá. Por que os ianques com seus tanques (e câmeras) já estarão em outra guerra, para libertar o mundo dos tiranos.

Má qualidade da educação

O Brasil ainda tem pelo menos 16 milhões de analfabetos e, de cada cem alunos que entram na escola, 41 não terminam a 8ª série. Os dados, referentes a 2000, foram divulgados em meados de março num documento do governo federal chamado "Geografia da Educação Brasileira 2001". Ainda de acordo com o levantamento, 39 de cada cem estudantes do ensino fundamental estão acima da idade para a série que cursam, e 21,7% repetem de ano. Em 1999, apenas 6,1% da população de 25 a 64 anos tinha nível superior completo. Os números são considerados alarmantes pelo governo, segundo divulgou o jornal Folha de S. Paulo no dia 17 de março. Com isso, calcula-se que, caso a situação não seja revertida, a força de trabalho nos próximos 10 a 15 anos será deficitária e desqualificada, o que significa que pode sobrar emprego porque não haverá profissionais habilitados para ocupá-los.

Saúde cria Secretaria de C&T

O ministro da Saúde, Humberto Costa, afirmou em entrevista à edição de março da revista Radis, da Fundação Oswaldo Cruz, que o governo federal buscará a auto-suficiência tanto na área de medicamentos básicos quanto na de vacinas. Para isso pretende um maior investimento em ciência e tecnologia. Neste sentido, uma das primeiras ações do novo ministro foi a criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Estratégico. "O Brasil precisa se inserir de forma mais soberana neste processo de globalização, principalmente numa área crítica como a saúde, na qual a balança comercial brasileira é negativa", justificou. Costa também disse que: "Se o Brasil não começar a investir em políticas e produção de medicamentos e formulação de tecnologia, mais pra frente nós vamos pagar um preço muito alto".

Brasil mostra o Sede Zero no Japão

O programa Sede Zero, proposta do governo Lula para combater a exclusão social associada à falta d'água foi destaque no 3º Fórum Mundial da Água, no Japão, que terminou dia 23 de março. O programa foi apresentado pelo secretário nacional de recursos hídricos, João Carlos Senra. Tem como objetivo assegurar o direito a uma quantidade mínima diária de água de qualidade, por meio

de um conjunto de ações coordenadas, integrando programas que já funcionam com os novos projetos. Para tanto, foram definidas quatro áreas de atuação:

- 1) regiões com escassez natural, como o semi-árido; 2) centros urbanos com baixa universalização dos serviços de distribuição e saneamento; 3) bacias hidrográficas e 4) comunidades indígenas, quilombos e assentamentos de reforma agrária.

Avaliação seriada

O ministro da Educação, Cristovam Buarque, defendeu, durante audiência na Comissão de Educação do Senado no dia 1º de abril, um novo sistema de avaliação para alunos que disputam vaga no ensino superior. Ele propôs ainda que as universidades tenham a liberdade de decidir como fazer a prova e sugeriu o PAS, avaliação seriada em que os alunos fazem provas ao final de cada ano do ensino médio. O sistema, segundo o ministro, já vem sendo utilizado nas universidades de Brasília (UNB), Federal de Santa Maria (UFSM) e Federal da Paraíba (UFPB). Ele disse que o Enem, que atualmente avalia os alunos no final do segundo grau, poder vir a se transformar em seriado.

E o futuro da ONU?

A nova política estadunidense de militarização dos conflitos, seu unilateralismo e a doutrina de agressão preventiva se chocam com qualquer órgão multilateral e com qualquer forma de legalidade internacional. A opinião é do sociólogo Emir Sader, em artigo publicado no site da agência Carta Maior (www.agenciacartamaior.com.br). Segundo ele, essa nova doutrina expressa abertamente que os Estados Unidos não permitirão que outras forças coloquem em risco a sua superioridade militar adquirida, legitimando qualquer tipo de ação que consolide essa condição, independentemente do conteúdo dos conflitos. "Em suma, a linha política atual dos EUA tornou-se incompatível com o funcionamento das Nações Unidas", adverte. Para Sader, só resta à ONU, para sobreviver como órgão vivo, atuante, legítimo e respeitado, reorientar-se politicamente e adotar uma estrutura mais democrática. "A aparente mudança de postura do governo norte-americano – desconhecendo a necessidade de submissão ao Conselho de Segurança da entidade – e o conseqüente ataque desprovido da autorização do mesmo Conselho revelaram o desprestígio da ONU".



Diretoria

Presidente: Maria Aparecida Castro Livi
1º vice-presidente: Eduardo Rolim de Oliveira
2º vice-presidente: Carlos Alberto Gonçalves
1º secretária: Daniela Marzola Fialho
2º secretária: Laura Verrastro Viñas
1º tesoureiro: Alejandro Borche Casals
2º tesoureiro: Valério De Patta Pillar
1º suplente: Elisabete Zardo Búrigo
2º suplente: Nádyá Pesce da Silveira

NOVO SÍTIO

Mais bonito, útil e prático

O novo sítio da Adufrgs (www.adufrgs.org.br) entra no ar depois de ter passado por uma ampla reformulação gráfica e de conteúdo. Com uma "cara" mais moderna e um sistema de busca facilitado, a página dá destaque ao conteúdo jornalístico. Desde o dia 28, data do lançamento ocorrido na sede da Adufrgs, o jornal Adverso aparece no lado esquerdo da tela, em todas as sessões visitadas pelo usuário. Além da edição mais atual, há a opção de visitar números anteriores. Um incremento importante é que todas as imagens da edição impressa estarão publicadas on-line, tornando a leitura mais leve e atrativa. Mesmo com mais fotos e ilustrações, a navegação deverá continuar rápida. O sistema que permite essa facilidade prevê que a foto ou desenho abra independente da página, com a notícia sob a foto ampliada.

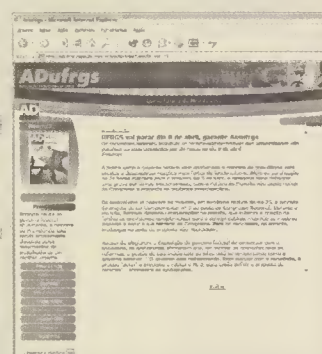
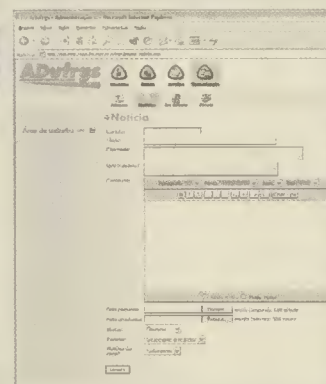
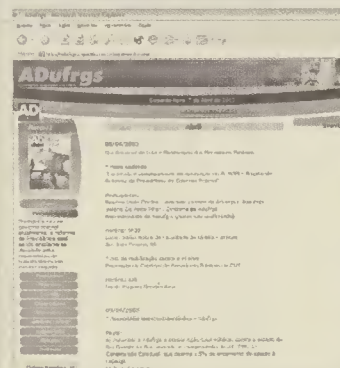
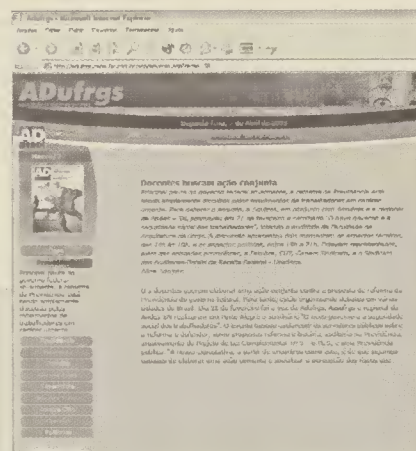
Outra novidade é o sistema de rolagem. A página não precisa mais ser

"rolada" de alto a baixo. Uma seção se abre para que a notícia possa ser lida, dentro da página, nas dimensões da tela, facilitando a leitura. O conteúdo jornalístico aparece desde a abertura do site, que terá sempre quatro matérias, ou uma, dependendo do destaque que se queira dar para assuntos mais importantes. Automaticamente, essas notícias são armazenadas em outra seção, relacionadas conforme a data e identificadas pelo título original, e também podem ser acessadas.

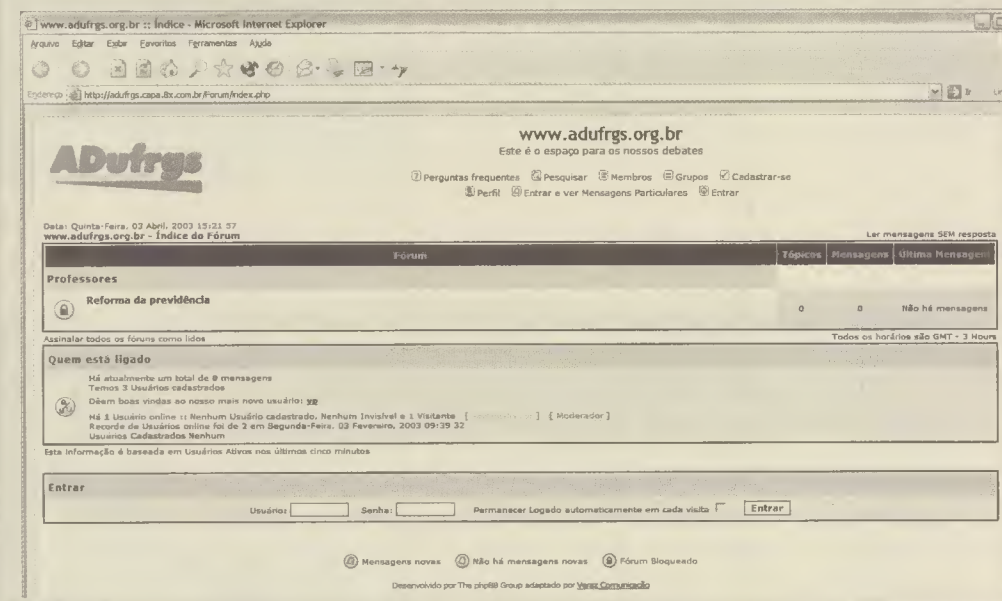
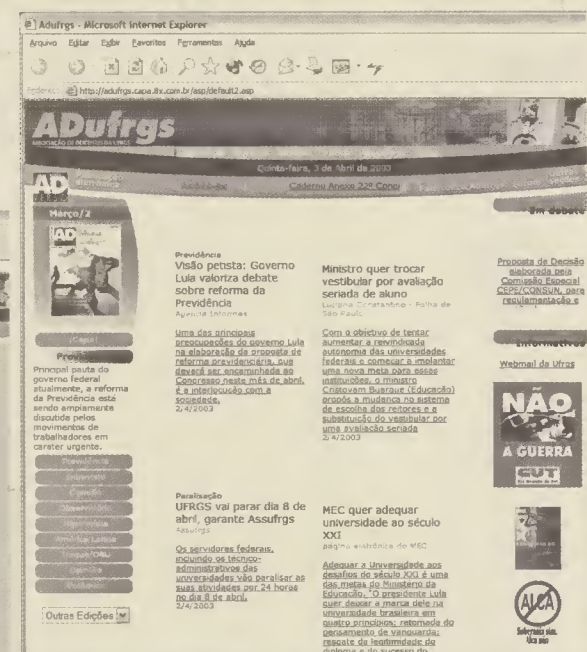
Os eventos estão numa seção a parte. Mais bonita e também mais ágil. A página da Adufrgs tem agora um eficiente sistema de busca de documentos, circulares e atas. O internauta pode procurar o que precisa por data, por área, assunto ou fazer uma pesquisa direta por palavra. Essa ferramenta vinha sendo reivindicada pelos visitantes da página há bastante tempo. O associado poderá atualizar seu cadastro na ficha de inscrição, a partir de uma senha que ele mesmo cria.

Na área administrativa do sítio, também há alterações. Todo o conteúdo poderá ser administrado em tempo real na internet, a partir de um programa que oferece editor de texto. Assim, qualquer pessoa, desde que conectada à rede e devidamente autorizada, pode incluir informações nas áreas pré-programadas.

O Fórum de debates é outro espaço importante de interação entre os docentes. Ele permite a discussão de diversos temas apresentados pelos próprios usuários. É fácil participar: basta preencher um formulário disponível na página. Depois, para propor temas, publicar artigos ou ler os textos disponíveis no Fórum, basta acessar a página. O usuário é avisado por correio eletrônico sempre que houver novidades em debates dos quais esteja participando.



Coquetel: lançamento da nova página foi comemorado na sede da Adufrgs



Fotos Cristina Lima

Não ao PL-9

Diversas entidades do movimento sindical gaúcho estiveram reunidas no dia 8 de abril para dizer não ao Projeto de Lei nº 9/99. A manifestação, que integra as atividades do Dia Nacional de Luta Contra o PL-9, aconteceu na esquina democrática, em Porto Alegre, ao meio-dia. Estavam presentes, entre outros, representantes da CUT, CPERS Sindicato, Adufrgs, Assufrgs, Sindisprev, Fasubra e Sintrajufe. O grupo teatral "Povo da Rua" apresentou um espetáculo preparado especialmente para a ocasião com a temática da reforma previdenciária. Entoando "Previdência social segura é nosso direito. A gente não pede nada, a gente cobra respeito", os atores se despediram do palco improvisado em meio aos manifestantes. Após, alguns sindicalistas falaram ao público. A presidente da Adufrgs, Maria Aparecida Castro Livi salientou que a reforma da Previdência não é questão exclusiva dos servidores públicos. "A privatização da Previdência afeta a todos. A discussão maior é do direito a uma aposentadoria digna e salários decentes, independente do trabalhador ser servidor público ou da iniciativa privada".

CAMPUS DO VALE

Anel viário fica pronto em junho

O anel viário que facilitará o acesso ao bloco 4, no Campus do Vale, deverá ficar pronto em junho, informa a reitora da Ufrgs, Wrana Maria Panizzi. As linhas da Carris que chegam até o Campus passarão a circular o anel em todos os horários, o que deve melhorar a segurança de professores, funcionários e alunos, principalmente à noite. As obras, iniciadas em fevereiro do ano passado, atrasaram por conta das chuvas e de diversas modificações no traçado visando à preservação da mata nativa existente na região. Vão incluir construção da via, área de passeio, iluminação em todos os 1.240 metros de extensão do anel e estacionamentos. "Vai facilitar a circulação. Como benefício, criará acesso a outros prédios também", afirma a reitora. "Além disso o anel possibilitará um maior deslocamento da segurança. Já compramos três carros para que se faça a ronda quando estiver pronto".

De acordo com a pró-reitora de infra-estrutura, engenheira Edelweiss Zandona, 90% da terraplenagem está pronta, sendo que até a estaca 29 (entre uma estaca e outra são 20m) já encontram-se terminadas a base e a sub-base da via. Está faltando apenas concluir o restante do trecho e a camada asfáltica. A iluminação ainda será contratada e deve levar cerca de 30 dias para ser instalada, a partir da contratação. No início da obra, constatou-se que seria necessária a troca da adutora do campus, desgastada pelo tempo de uso. "Infelizmente, essa adutora terá que ser no anel viário e se deslocará por baixo do passeio. É preferível que se aproveite o momento de obras para trocá-la", explica Edelweiss.

Outra questão pensada pela administração



Fotos Cristina Lima

Facilidade: obra melhorará acesso de estudantes, funcionários e professores ao bloco 4

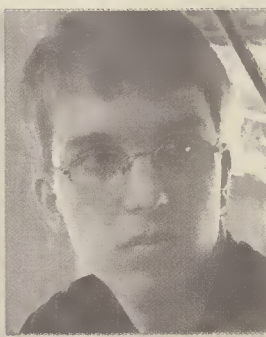
da Universidade foi facilitar a vida dos vizinhos que utilizam o terminal do Campus. "A Universidade é uma instituição pública, inserida no contexto de uma comunidade. Nós temos uma vizinhança que merece respeito. Estamos fazendo portões que darão acesso ao campus e vão funcionar até uma determinada hora, controlados pela segurança. O ônibus da Carris será acessível a essa população que não tem como pagar duas passagens", enfatizou Wrana.

Dentro do campus, existe uma comissão de transportes, formada apenas por dois integrantes da Informática: a chefe da biblioteca, Beatriz Haro, que representa os funcionários, e o aluno da graduação Eduardo Tarouco, pelos discentes. O grupo já esteve reunido com a direção da Carris para pleitear uma linha de ônibus que circulasse o campus. As linhas Campus/Ipiranga e T-8 da Carris passaram a fazer o trajeto em alguns horários, parando no bloco 4. Mas a comissão considera a medida insuficiente. "Às vezes, mesmo os motoristas das linhas que deveriam subir até a Informática se recusam a isso. Ocorre quando há poucos passageiros dentro do ônibus. Quando acontece, aconselho que as pessoas anotem o número do ônibus e o horário para que possamos reclamar com a Carris", sugere Beatriz.

Tarouco assumiu a comissão – por indicação do Diretório Acadêmico e iniciativa própria – no final do ano passado, mas diz que ainda não teve tempo de tomar qualquer atitude, ou mesmo de mobilizar os colegas. "Sei que há um desgosto geral pela situação atual, mas com o anel viário tudo deve ser resolvido. Assim que iniciar o próximo semestre pretendo trocar informações com a reitoria a respeito", promete.

A opinião dos usuários

"Eu chego às 10 horas da manhã e tenho que subir a escadaria. Não é raro sair 9, 10 horas da noite. E descer essas escadas nesse horário é complicado. De uns tempos pra cá, a preocupação principal é a segurança, porque ando com equipamentos que não são baratos, lap top, por exemplo. O Universitária (linha da Carris) só tem ônibus seguidos quando tem aula na PUC. Uma coisa que a universidade podia fazer é colocar uma linha circular quando concluir esse anel. Não precisa ser um ônibus. Pode ser uma lotação que fique circulando a cada 10 minutos, por exemplo. Se a Carris não faz, a Universidade poderia se preocupar com isso, mas eu sei que deve ser oneroso." Átila Vasconcelos, aluno da pós-graduação em Física



"A minha preocupação principal é pela segurança, não só por descer a escada, mas pelo roteiro do ônibus. Algumas linhas não saem direto da Ufrgs, passam por trás. Já houve casos de assalto. Rolam discussões nas listas da graduação (por e-mail), principalmente nesse período em que reduziram os horários, em virtude das férias. Nós estávamos tendo aula ainda e não havia ônibus suficientes. Mas a EPTC teve uma atitude boa em estender o prazo das carteirinhas, que estavam com problemas de confecção, até março." Lúcio Rech, aluno da Escola de Engenharia



"Eu chego no campus entre 8 e 9 horas, mas nem sempre consigo pegar a linha que sobe no bloco 4, porque apesar de ditos regulares, os ônibus nem sempre passam com regularidade. De vez em quando, inexplicavelmente às 8 horas não tem mais e às 9 tem um que sobe. Já aconteceu comigo de estar sozinho no ônibus e ter que cobrar que o motorista subisse, e, meio a contra-gosto ele subiu. À noite tenho receio de descer as escadas porque ando com o computador sempre dentro da pasta, embora nunca tenha me acontecido nada." Vinícius Serafim, aluno de pós-graduação em Ciências da Computação

"Meu maior problema é com a lotação. Enviei e-mail para a EPTC em março do ano passado reclamando, porque depois que criaram a linha Pinheiro o intervalo da linha que vem até o Campus, Partenon, aumentou. Passam duas Pinheiro para uma Partenon. Além disso, os carros ficaram piores, não têm ar-condicionado e são mais antigos. E a demanda não é justificada, pois já observei que o número de passageiros da Partenon é maior." Guacira Soares, funcionária do Instituto de Informática



"Geralmente eu pego a linha que sobe no campus. Mas costumo atrasar, porque tenho que pegar dois ônibus pra vir às aulas. No horário em que passa o primeiro ônibus, o T-2 vem lotado, por isso normalmente espero e pego o próximo. Nunca coloquei mensagem na lista do DACOMP (Diretório Acadêmico da Computação) sobre isso, não sou das mais enérgicas para reclamar." Virginia de Oliveira, aluna de Ciências da Computação

FORMATURAS

Quanto vale o show?

Arquivo pessoal

**Comércio:** quem não tem dinheiro não pode participar da festa de formatura

As formaturas estão adquirindo um caráter cada vez mais comercial. Quem não tem dinheiro fica impedido de participar da cerimônia. O formal está se tornando informal à medida que se incluem atrações, convites criativos, quebra de protocolo, fogos de artifício e uma produção que mais parece um show, com platéia, apresentador, protagonistas e coadjuvantes.

Ocorre que há algum tempo mudou-se o jeito de se fazer formaturas. O atual modelo surgiu em 1995, trazido de São Paulo e Paraná, segundo o diretor do Departamento de Fotografias da produtora Di Foccus, Laerte Silva. “Antes disso, tudo era muito amador e doméstico. Sou um dos primeiros profissionais deste novo modelo, mas hoje já somos cinco produtoras de porte para qualquer tamanho de formatura em Porto Alegre”, conta. Silva garante que o Rio Grande do Sul é o Estado onde as produtoras cobram menos. Em São Paulo o preço pode chegar a R\$ 1.500,00 por formando, enquanto no Sul dificilmente paga-se mais de R\$ 500,00. Em geral, um contrato para uma turma de 50 formandos sai, em média, por R\$ 200,00.

A greve de professores no ano passado, ironicamente, acabou tirando a Ufrgs do calendário de formaturas e facilitando para produtora e cliente. A concorrência é grande, já que após fevereiro as empresas estão com menos trabalho e fazem de tudo para captar a simpatia – e o contrato – de todas as turmas da Ufrgs. O resultado são pacotes mais baratos e facilmente negociáveis.

Quem faz parte de uma turma maior, acaba pagando menos. Cada aluno do curso de Administração, que tem a maior turma de formandos, 100 ao todo, vai desembolsar cerca de R\$ 90,00 pelo pacote que inclui, entre outras coisas, a produção da solenidade, figurino, dez fotos e mais vídeo, pela POA Produções. Porém, o fato de a turma ter um número grande de formandos faz com que o protocolo seja seguido à risca, diz o formando de Administração, André Floriani. “A nossa cerimônia é mais padronizada. Ainda não confirmaram nem se teremos direito ao agradecimento”.

Para economizar, a turma de quase profissionais do Instituto de Letras buscou um acordo com a turma de Química, que cola grau no mesmo dia. “Fechamos a divisão da produção com eles e acabou saindo mais barato”, comemora a formanda Luciana Moreira. A produtora responsável pelas duas turmas será a SP Produções, que abocanhou uma boa fatia das formaturas da Ufrgs (11 das 30 agendadas até maio). Para vencer a concorrência, além do preço mais baixo, a produtora promete qualidade em fotografia e vídeo. “As nossas fotos têm seleção de cores, é um processo detalhado. Gostaríamos de trabalhar com novas tecnologias, como foto digital, mas o custo seria muito alto”, diz um dos sócios da SP, Romilson Prado.

Os gastos não se restringem somente à produção no dia.

Os convites também causam dor de cabeça – e no bolso – para quem optou pela cerimônia. “Os nossos convites saíram muito caro, R\$ 4,52 cada por algo padronizado”, reclama o formando de Agronomia, Marcelo Steiner. São mais R\$ 200,00 pela produção para cada um dos 16 alunos. Contudo, pelo menos nesta turma, o coleguismo garante que todos participem. “Estamos ajudando dois colegas a pagarem a colação de grau”, confirmou Steiner.

Há quem não pode pagar e há, também, quem seja avesso a cerimônias, simplesmente. Leonel Amaral é um desses exemplos. Formando de Letras, ele se apresenta contra “formalidades”. Foi quase obrigado ao casamento da irmã e, depois que assistiu à formatura de uns amigos, decidiu que com ele seria diferente. “Não queria nem a cerimônia de gabinete. Se pudesse, preferia receber o diploma pelo correio mesmo”. Amaral considera a solenidade de formatura um rito de passagem desnecessário e não vê motivo para festa. “Não classifico a vida em etapas. O curso é apenas algo a mais, mais uma forma de viver.”

Muitas vezes, é a família quem cobra. “Minha mãe ficou brava. Somos cinco filhos e só eu e uma irmã temos curso superior. Mas conversamos e minha mãe acabou aceitando”, conta Amaral. “Acho que muitas pessoas fazem festas e cerimônias mais pela família do que por si próprias. Vivem em função dos outros”.

A ritualística da qual Amaral fala costuma não sofrer muitas alterações. Normalmente se procede com o juramento, entrega de diplomas (meramente ilustrativo, pois geralmente não há nada no canudo e o diploma é entregue dias depois), discursos de orador e paraninfo e mensagem da reitoria. Há variações, como manifestações e agradecimentos. E, assim como todo show, um tema.

A turma de formandos de Comunicação Social, curso conhecido pela irreverência e bom humor com que trata suas cerimônias, já está preparando o show, que acontece em 9 de maio. A formanda Mariana Senderawicz diz que a turma reserva surpresas, mas nada que quebre muito o protocolo. “Tentaremos ser o mais sérios possível, sem palhaçadas”, garante. Mariana acredita que uma cerimônia muito formal causa cansaço e sono à “platéia”. “É complicado, porque à medida que procuramos respeitar o momento, que é formal, também temos que levar as pessoas ao Salão de Atos e garantir que permanecer lá não seja um suplício”, argumenta. Neste semestre, o tema da formatura de Comunicação Social é baseado na série de livros “Onde está Wally?” e vai promover uma reflexão sobre o papel do fabicano na sociedade. O convite ainda está sendo elaborado e terá as caricaturas dos formandos para que o convidado possa procurá-los em meio ao cenário ilustrado. “No dia da formatura falaremos sobre o tema, mas não posso adiantar o que vai acontecer”, incita Mariana.

ASSEMBLÉIAS

Professores decidem não fazer greve

Os professores da Ufrgs disseram não ao indicativo de greve aprovado no 22º Congresso do Andes – SN na Assembléia Extraordinária convocada pela Adufrgs no último dia 20. O texto do Congresso falava em greve caso seja mantida a tramitação do PL-9. Alguns professores manifestaram contrariedade ao indicativo por considerarem que o diálogo com o governo a respeito da reforma da Previdência ainda não está esgotado. “O indicativo de greve é ruim porque impede a negociação com o governo”, opinou o vice-presidente da Adufrgs, Eduardo Rolim de Oliveira. “Professores e alunos estão saturados pelas consequências da última paralisação”, lembrou a professora Laura Viñas, que concluiu: “além disso, a opinião pública não apóia nossa posição”. Após encaminhamentos contrários e favoráveis à posição do Congresso, o indicativo foi rejeitado por 25 votos a sete, sendo três abstenções.

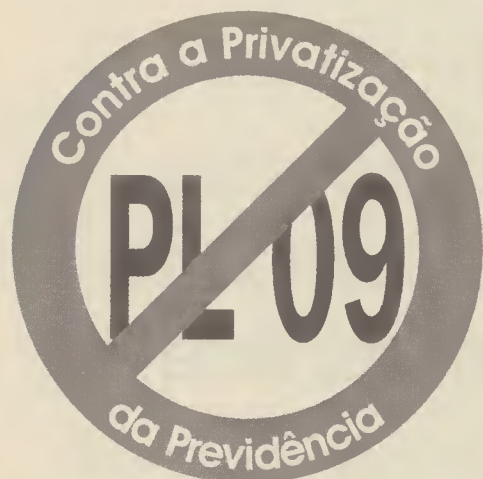
A campanha salarial foi o seguinte ponto discutido. O manifesto de lançamento da campanha apresentado pela CUT gerou discordâncias quanto ao conteúdo do texto. Alguns não concordaram com o pedido de 46,95% de reajuste, estipulado no documento e a mesa sugeriu encaminhar esta e outras ressalvas à coordenação estadual da CUT.

Eleitos delegados para Cecut e Concut

Eleição de delegados para os congressos estadual e nacional da CUT, mobilização contra o PL-9, projeto de lei que faz alterações na Previdência e a apresentação da nova página da Adufrgs foram os assuntos em pauta na assembléia de 28 de março. Também surgiram relatos a respeito da plenária dos servidores públicos federais, realizada em Brasília dias 22 e 23 do mesmo mês, e a pauta da próxima assembléia: verba para pesquisa.

Segundo relatou o professor Rubens Weyne, que acompanhou a plenária dos servidores, apenas os docentes da Ufrgs se colocaram contra o indicativo de greve tirado no 22º Congresso do Andes-SN e a paralisação no caso de tramitação do PL-9 acabou sendo aprovada na plenária final. Também foi definido um calendário para atividades referentes à reforma da Previdência e o dia 8 de abril foi escolhido como Dia Nacional de Luta Contra o PL-9, com “paralisação ou greve de 24 horas onde for possível”. A Adufrgs realizou atividades na data, levando em consideração que o período é de férias na Universidade.

Os delegados para os congressos da CUT foram escolhidos em votação secreta. Participarão do Congresso Estadual (Cecut), de 25 a 27 de abril em Mariluz/Imbé os professores Elizabete Burigo, Carlos Schmidt, Eduardo de Oliveira, Rubens Weyne e Jorge Quillfeldt. Elizabete e Eduardo também participarão do Congresso Nacional (Concut), a ser realizado em São Paulo entre 3 e 7 de junho.



www.movimentoprevidencia.org.br

22º CONGRESSO DO ANDES-SN

Docentes rejeitam o PL-9 e aprovam indicativo de greve

O 22º Congresso do Andes-Sindicato Nacional reuniu-se de 8 a 13 de março de 2003, no Hotel Rio Poty, em Teresina (PI), organizado pela Adufpi-SSind. Contando com mais de 300 delegados de todas as regiões do País, o Congresso teve como tema Central "Transformação Social e Políticas de Educação, Ciência e Tecnologia".

Daniela Fialho/Divulgação



Teresina: a Adufgrs enviou 12 delegados, que participaram ativamente dos debates

Três temas se destacaram nas várias plenárias e Grupos Mistos do 22º Congresso do Andes-Sindicato Nacional: a deliberação sobre indicativo de greve caso o PL-9 volte a tramitar no Congresso Nacional, a Reforma da Previdência Social e a criação de Seções Sindicais Multi-institucionais no Andes-SN. Tema de maior polêmica, a deflagração do indicativo de greve foi aprovada após tensas discussões e foi objeto de ampla cobertura pela imprensa local, ganhando as primeiras páginas dos jornais de Teresina, motivando inclusive ato público em frente ao Palácio de Karnak, sede do governo estadual. A principal divergência entre os grupos presentes ao Congresso foi na caracterização do governo Lula e a postura que deveria manter o Andes-SN tendo sido decidida a não-participação da entidade em nenhum Fórum de discussão governamental como o novo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, por exemplo. Foi definida a posição do Sindicato por uma Previdência Pública, com Regime Único, sendo que a proposta da Diretoria de estabelecimen-

to de Teto único, do ministro do STF, derrotada em plenário, e adotada a proposta de Manutenção dos tetos diferenciados previstos na Constituição.

A grande novidade em termos de organização sindical aprovada no XXII Congresso foi a criação das Seções Sindicais Multi-institucionais, congregando associados de várias IES de um mesmo Estado, restritas às IES privadas. Este modo de associação tenta evitar perseguições aos docentes pelas Reitorias e substitui a associação nas vice-presidências regionais, que ocorre atualmente para docentes das instituições que não possuam AD.

Em relação ao tema central do evento, as discussões foram bem mais restritas, mas destaca-se a rejeição da proposta de criação de cotas étnicas nas universidades, para ingresso de alunos e de docentes apresentada como Resolução. A Adufgrs enviou ao Congresso 12 delegados, que participaram ativamente dos debates. O XXIII Congresso do ANDES-SN será realizado em Salvador, BA, no início de 2004.

Maria Aparecida Castro Livi - presidente da Adufgrs

22º Congresso do ANDES-SN

A diretoria do Andes, a diretoria das ADs e associados têm prazos para preparar textos acompanhados ou não por textos de resoluções (TRs) para discussão e votação ao longo do Congresso. Os textos enviados integram o caderno de textos e seu anexo. Tanto o caderno de textos quanto o anexo são enviados às ADs antes do início do Congresso para conhecimento e discussão preliminar. Além desses textos, ao iniciar-se o Congresso outros textos podem ser propostos para inclusão nas discussões que ocorrerão durante o mesmo. Os trabalhos durante o Congresso, após uma plenária inicial de abertura, acontecem em grupos de trabalho mistos, porque integrados por delegados das várias ADs e Diretoria, e após a consolidação das manifestações dos grupos sobre as TRs dos vários temas, ocorre a discussão final e votação em plenárias. Na plenária de abertura houve a avaliação de conjuntura. No interior do ANDES-SN, há um grupo majoritário, que venceu as últimas eleições, o Andes-AD, e um grupo de oposição, o Andes-Sind. No ANDES-AD, as análises de conjuntura foram no sentido de que o governo Lula já chegou a um ponto onde não é possível mais negociações. Para o Andes-Sind o governo Lula é percebido como um governo em disputa, sendo o papel do Sindicato buscar sempre a negociação, com uma atuação que pressione o Governo no rumo das reformas desejadas por quantos depositaram seu voto e confiança em Luiz Inácio Lula da Silva.

A grande polêmica do Congresso: votação do indicativo de greve, a TR 76, que não constava dos Cadernos de Textos, teve sua inclusão submetida pela Diretoria na plenária de abertura e propunha o indicativo de greve caso o PL 9 voltasse a tramitar. A TR dizia textualmente que este indicativo já havia sido tirado na plenária dos SPFs: "O 22º Congresso aprova o indicativo de greve, conforme apontado na Plenária dos SPFs ocorrida em 18/02/03, caso seja retomada a tramitação do PLC 09/99." Essa afirmação no entanto não corresponde ao ocorrido. Embora o relatório da plenária dos SPFs, preparado pela coordenação, no momento sendo exercida pelo AN-



DES-SN, realmente tenha registrado que o indicativo de greve teria sido votado, todos os presentes à Plenária afirmam que o votado foi um indicativo de paralisação, logo o relatório inclusive está incorreto. A discussão desta TR foi intensa. Não havia divergência quanto à legitimidade e pertinência do uso do instrumento greve na hipótese do PL 9 seguir seu curso, mas enquanto a proposta da diretoria era pelo indicativo de greve já, decidido no próprio Congresso, a proposta do ANDES-Sind era pelo envio para a base do indicativo para discussão, remetendo para um momento futuro sua efetivação. Houve três votações até o resultado final, uma vez que a diretoria apresentou recurso de votação, após a matéria ter sido votada, por discordar do encaminhamento que a Mesa tinha decidido e a Plenária aprovado. Na primeira votação, a proposta da diretoria venceu por 153 a 93, com em torno de oito abstenções, bem longe da unanimidade divulgada à Imprensa na véspera. Na última, com 216 votos a favor, 25 contra e algumas abstenções, foi aprovado o Indicativo de Greve sem prejuízo de alterações no texto apresentado. Em seguida foram votadas as propostas de alteração. A única proposta de alteração aprovada foi a que retirava do texto da TR o trecho "conforme apontado na Plenária dos SPFs ocorrida em 18/02/03".

MANIFESTO DO PIAUÍ

Texto distribuído no Congresso pelo Movimento Andes-Sind

A sociedade brasileira vive uma nova conjuntura política após outubro de 2002. A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para Presidente da República é o resultado de anos de luta das classes trabalhadoras pela construção de uma sociedade mais justa e fraterna. O governo Lula representa novas possibilidades históricas para a sociedade brasileira e internacional e poderá configurar-se como um poderoso instrumento contra as políticas neoliberais emanadas dos países centrais do sistema capitalista mundial.

Neste novo contexto, defendemos que a estratégia sindical da ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES-SN) deverá pautar-se pelo entendimento de que o governo Lula deverá significar um processo de mudança, cuja construção deve contar com a nossa participação, inclusive pelo papel fundamental da Universidade na defesa da soberania nacional e no desenvolvimento econômico e social do país, preservando a nossa independência e autonomia sindical. Assim, se por um lado permanecemos sempre intransigentes na defesa da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade, por melhores condições de vida e de trabalho para o conjunto da categoria docente, por outro lado, recusamos a caracterização precipitada, feita pela atual direção do nosso Sindicato, de que o governo Lula já se definiu pela defesa dos interesses do grande capital.

Em relação à Reforma da Previdência, o Projeto de Lei Complementar (PLC-09/99) - uma das

heranças malditas do governo FHC - representa um ataque à qualidade do serviço público prestado à população, uma vez que transfere a rica poupança da Previdência pública para os fundos de pensão privados. Os trabalhadores do serviço público federal recolhem uma fração significativa de seus salários para a Previdência, exatamente para ter direito a uma aposentadoria que justifique tantos anos de trabalho dedicados ao serviço público. A aposentadoria integral dos servidores, que não representa um privilégio, mas sim um direito, significa uma forma de atrair bons profissionais para atender às demandas da população por serviços públicos de qualidade.

Não aceitamos a tramitação, no Congresso Nacional, do PL-09/99, que é um dos instrumentos de institucionalização de um sistema previdenciário que vem em prejuízo dos interesses dos trabalhadores em geral e do Serviço Público em particular. Para impedi-la, propomos encetar uma ampla negociação, tanto com o poder executivo quanto com o próprio Congresso Nacional, objetivando seu arquivamento e, ao mesmo tempo, mobilizando a categoria dos docentes para um possível enfrentamento, caso o governo persista no esforço de tramitação desse projeto.

No entanto, entendemos que a discussão e as negociações dos trabalhadores do Serviço Público com o governo ainda têm espaço para acontecer.

Portanto todos os esforços do movimento docente, dos parlamentares, da sociedade e do governo devem ser realizados para que se alcance uma solução que atenda os direitos dos trabalhadores, que não são responsáveis pelo chamado déficit da Previdência Social.

No limite desse processo simultâneo de negociação e mobilização da categoria, defendemos a greve como último recurso, pois não nos furtamos à utilização legítima deste instrumento para a efetiva defesa dos direitos dos trabalhadores. É por tudo isso que propusemos no 22º Congresso da ANDES-SN o caminho que entendemos ser o mais democrático, ou seja, que o indicativo de greve contra a tramitação do PLC-09/99 fosse deliberado pela base, em Assembléias Gerais, e não pela Plenária do referido Congresso, ao contrário do que defendeu a Diretoria da ANDES-SN.

Não queremos privilégios, queremos resgatar a nossa dignidade e a credibilidade do Serviço Público, tão vilipendiadas. Não queremos reformas parciais, queremos uma política nacional que priorize o desenvolvimento soberano do País e a melhoria das condições de vida do seu povo.

Andes-Sind

Uma Nova Andes é Possível- Plural e de Luta

Teresina, 13 de março de 2003

Félix H. D. González - delegado da Adufrgs no 22º Congresso da Andes

Eduardo Rolim de Oliveira - vice-presidente da Adufrgs

Impressões do Congresso da Andes

Após mais um congresso da Andes pairam dúvidas sobre a real eficácia política das decisões tomadas no seio de um evento onde se concentra um número cada vez maior de "radicais de esquerda" por metro quadrado. Sediado no melhor hotel da cidade e cercado por barraquinhas onde se expõem livros, cartazes e panfletos do PSTU e do PC do B, os delegados, em ampla maioria, decidiram pelo enfrentamento ao governo Lula. Isto ficou plasmado na aprovação do indicativo de greve caso o projeto de lei 9/99 siga trâmite no congresso nacional e no "não reconhecimento como instância de negociação" do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social por não representar os "interesses exclusivos da classe". Nesse sentido, foi votado que a CUT saia desse Conselho.

A polarização das duas forças que gravitam dentro da Andes se evidencia mais nos congressos. Uma, majoritária nesses eventos, representa a atual diretoria (Andes-AD) e tem muita influência do PSTU e dos chamados "radicais do PT". A outra, representa uma oposição organizada (Andes-Sind) que reúne uma minoria de professores delegados e se caracteriza por seu tom mais moderado. Esta última alega que seu posicionamento seria o da maioria da "base" professoral, porém uma massa menos participativa tanto em assembléias como em eventos de representação, deixando o papel protagonista aos mais ativistas e, geralmente, mais extremistas.

No último congresso, essa divisão tinha um marco definido para se mostrar:



a posição ante o governo Lula. Para a Andes-AD, Lula já se entregou nos braços do FMI, do BIRD e da OMC, pois sua política de alianças com partidos de direita selou seu destino. Para a Andes-Sind, trata-se de um governo eleito pelos trabalhadores e, embora não tenha sinalizado ainda a mudança esperada, existe um caminho por percorrer e há possibilidade de um compasso de negociação.

Nos acalorados debates que antecederam a aprovação do indicativo de greve havia duas posições: a da diretoria da Andes de aprovação "aqui e agora" ou a de propor sua discussão às bases. Afinal foi aprovado como proposto pela diretoria, mas a briga foi inútil pois, de qualquer forma, essas decisões de congresso devem ser referendadas na base.

A assembléia posterior ao congresso que aconteceu na Adufrgs decidiu rejeitar o indicativo de greve.

Reflexões sobre o Congresso

OTema Central do XXII Congresso do ANDES-SN era "Políticas de Educação, Ciência e Tecnologia para a Transformação Social", e foram enviados para discussão vários textos, versando sobre uma série de temas, que trazem em si um tempo longo de discussão e debate nas Universidades, e que muito longe se encontram de serem consensuais, como cotas étnicas e sociais, financiamento, fundações de Apoio e Avaliação, tanto do Ensino de Graduação, quanto de Pós-Graduação.

Porém, todos estes temas mal foram abordados durante o Congresso. O meu grupo misto fez uma opção, ousada até, de discutir estes temas em detrimento da discussão sobre Previdência, tema dominante de tudo que se pensa hoje no Movimento Sindical. Não acho, de forma alguma que se deva fugir dos debates da atualidade, mas o que quero discutir é a quase total ausência de debates de fundo nos seios do Movimento Docente sobre estas questões da Universidade, da Educação e da Ciência. No Congresso, na Plenária Final (pois na Plenária específica do Tema III não houve tempo para isto, em função do longo tempo utilizado para a discussão do Indicativo de Greve), a discussão da Política de Educação se deu de madrugada, com um plenário quase completamente esvaziado, já que todos estavam exaustos após horas de árdua discussão. As resoluções acabaram sendo discutidas só pelos mais resistentes fisicamente, e ainda assim de forma rápida e sem a merecida atenção e reflexão. Eu não acho que se deva fazer uma crítica de que não se quer discutir estes temas, mas sim de que eles não são prioritários para o Movimento e no Congresso do ANDES em especial. Acho que



não dá para ser reducionista, mas em um espaço curto como este muito rapidamente se pode avançar a idéia de que a grande parcela de professores envolvidos com temas específicos de pesquisa e de extensão não se envolvem nas discussões sindicais, por falta de tempo, de interesse ou até mesmo por um alienante apoliticismo, que não vê no Movimento Sindical espaço de debate científico e de discussão universitária. Isso acaba permitindo que uma visão hegemônica puramente paredista se instale, deslocando o eixo central dos debates para temas de ordem política mais gerais. Eu entendo que esta é a questão central, e também a razão principal da ausência no Congresso destas discussões, o que é péssimo para o País, pois no Fórum máximo dos docentes brasileiros não se consegue traçar políticas absolutamente centrais para o desenvolvimento Nacional, como por exemplo, o desenvolvimento, qualificação e financiamento da pesquisa científica.

CARTA DE TERESINA

Documento aprovado na plenária final do Congresso

Às vésperas de mais um anunciado holocausto promovido pela necessidade do capital imperialista de reconstituir seus lucros e avançar numa ainda maior concentração de poder econômico e militar, no controle geopolítico sobre as fontes petrolíferas e toda a região do Oriente Próximo, via imposição de uma guerra covarde e genocida, 356 delegados e observadores, representando 67 (sessenta e sete) Seções Sindicais reuniram-se, no 22º CONGRESSO do ANDES-SN, em Teresina, Piauí, de 8 a 13 de março de 2003, para aprovar o Plano Geral de Lutas do Sindicato, frente aos imensos desafios colocados pela conjuntura nacional e internacional.

Mais do que nunca é preciso dar à palavra mudança o significado de transformação social. A postura de autonomia sindical é essencial para o desenvolvimento da luta.

O 22º CONGRESSO do ANDES-SN reafirmou sua solidariedade internacionalista ao povo do Iraque, à heróica luta do povo palestino, exemplo histórico de resistência popular antiimperialista e à luta de todos os povos latino-americanos, em especial, neste momento, com os trabalhadores da Argentina, Bolívia e Venezuela que, resistindo à ofensiva do capital e aos golpes imperialistas, apontam uma perspectiva de transformação revolucionária que abre uma nova etapa da luta pela unidade socialista da América Latina.

O balanço realizado no 22º CONGRESSO confirma o quadro de crise generalizada no mundo e, em especial, na América Latina, território onde se realizam profundos processos da luta das massas contra a exploração capitalista e as avassaladoras investidas imperialistas para impor o domínio americano sobre todos os povos, classes trabalhadoras e nações. A implementação das políticas neoliberais, cujo cerne é a retirada de direitos dos trabalhadores, é viabilizada pelas chamadas reformas do Estado.

Essas políticas vêm, há mais de uma década, se traduzindo em abertura desregrada das fronteiras nacionais, perda do patrimônio nacional, privatizações, desarticulação das cadeias produtivas, endividamento externo, aprofundamento da dependência. As contra-reformas empreendidas por FHC trouxeram consequências dramáticas: desemprego, trabalho precário, destruição dos serviços públicos, ataques a direitos e conquistas históricas dos trabalhadores. O que surpreende é que hoje se pretenda, como ontem, com Collor e FHC, fazer do funcionalismo público o responsável pela crise que vivemos, desviando a atenção dos verdadeiros responsáveis pela secular exploração e opressão do nosso país, a saber, o grande capital internacional, sobretudo financeiro, suas instituições e seus aliados e as classes dominantes brasileiras.

As políticas e medidas até aqui anunciadas pelo governo, na continuidade da Carta aos Brasileiros (Julho de 2002), de manutenção do acordo de agosto/2002 com o FMI (firmado por FHC), de constituição de um ministério a que são alçadas figuras empresariais como Henrique Meirelles, Luiz F. Furlan e Roberto Rodrigues chocam-se frontalmente com as aspirações dos trabalhadores responsáveis pela vitória eleitoral.

Premido pela expectativa popular e pelo protagonismo das massas, por um lado, e pelas exigências ditadas pelo imperialismo, por outro, o governo atual aplica e aprofunda a política macroeconômica dos que foram derrotados nas urnas, em 2002: continuidade do pagamento da dívida externa, elevação do superávit fiscal primário para 4,25% do PIB, elevação da taxa básica de juros para 26,5% e, sobretudo, a continuidade da política salarial e das reformas indicadas por FHC. Nenhuma

política econômica foi alterada. Todas foram reforçadas.

No centro da continuidade das "reformas", está a da Previdência. O governo acaba de anunciar a urgência na votação do PLP 09/99, pressionando o Congresso Nacional para acelerar a sua tramitação. A eventual aprovação do PLP regulamentaria os dispositivos da EC nº 20/98, que fixa um teto para a aposentadoria dos servidores e introduz a Previdência Complementar Privada. O caminho da privatização integral da Previdência estaria aberto, bem como se estabeleceria um vasto terreno de rapina para as seguradoras. A esta política o povo brasileiro já disse NÃO repetidas vezes, inclusive nas eleições de 2002.

Eis porque nos negamos a abrir mão do direito de estabelecer nossas pautas de reivindicações, de organizar a luta pelo seu cumprimento e negociar com governos e patrões a partir delas. E não reconhecemos como instância de negociação o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, instrumento privilegiado para a elaboração e legitimação de medidas que tentam suprimir o inalienável direito dos trabalhadores de lutarem e negociarem a partir dos interesses exclusivos da classe. Ao tentar-se diluir estes interesses, no âmbito de um ilusório bem comum social, ataca-se não só a independência dos sindicatos, mas a base da própria democracia, a saber, o direito de livre expressão política dos interesses de classes contraditórios e antagônicos. A composição do CODES, feita por indicação governamental e sem qualquer consulta à sociedade, com uma esmagadora maioria das classes patronais, de empresários, membros do governo e de ONGs, contra uma pequena minoria de representantes dos trabalhadores, indica o seu caráter legitimador das propostas que visam à destruição das conquistas sociais e democráticas das maiorias populares. Por isto, votamos que a CUT, Central única dos Trabalhadores, à qual estamos filiados, saia do Conselho. Por isto, dizemos: negociação, sim; pacto social, não!

O 22º CONGRESSO do ANDES-SN expressou sua firme convicção de que o povo trabalhador não abrirá mão da vitória obtida contra FHC, em 2002, e não aceitará que os derrotados e os exploradores sigam ditando a política do país. Nós, docentes das universidades brasileiras, temos completa confiança em que, ao lado dos demais trabalhadores, saberemos dar seguimento às vitórias de 2002, agora pelo método da luta cotidiana, fundada na independência e autonomia de nossas entidades.

Organizamos, desde já, nesse espírito, a resistência ao PLP 09/99 para barrar sua tramitação e conquistar sua retirada. Para tanto, o 22º CONGRESSO do ANDES-SN encaminha para apreciação das suas Seções Sindicais o indicativo de greve com o conjunto dos servidores públicos do país.

O 22º CONGRESSO compreende que esta luta diz respeito ao conjunto dos trabalhadores, particularmente aos servidores públicos, razão pela qual o movimento docente irá se empenhar no fortalecimento da articulação com as demais categorias dos servidores, em âmbitos federal, estadual e municipal e exigirá que a CUT tenha papel relevante na organização da luta.

O lugar estratégico que devem ocupar a luta sindical e as tarefas do sindicalismo classista, independente e autônomo, assume, portanto, um caráter necessário, urgente e vital. Não podemos somente reagir a medidas encaminhadas e aprovadas ou legitimar propostas de reforma. O papel do sindicalismo classista e combativo é agir, barrar, impor derrotas à pretensão do capital de fazer dos países endividados os financiadores da guerra e fazer

dos direitos duramente conquistados, em anos de luta, fonte de lucros do capital especulativo. Contra o discurso que pretende que o sindicalismo rebai-se suas bandeiras e abra mão de seus meios de luta, sob pena de incorrer em "corporativismo", reivindicamos para os trabalhadores a vigência da organização de classe independente.

Ao discutir seu Plano de Lutas, o ANDES-SN reafirma suas bandeiras históricas: contra as guerras imperialistas; Contra a militarização da América Latina e a política imperialista em todo o mundo; Contra a entrega da Base de Alcântara; Não à ALCA e OMC; Por um plebiscito oficial sobre a ALCA; Pela retirada do governo brasileiro das negociações da ALCA; Contra a Reforma da Previdência, em defesa da previdência pública, solidária, em regime de repartição; Não ao PLP 09/99 ou qualquer reforma que institua a previdência complementar e os fundos de pensão; Em defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, em todos os níveis, e dos serviços públicos em geral; Pela liberdade de organização e prática sindicais; Pela recuperação de perdas históricas e estabilidade no emprego; Reajuste salarial já! Fora o FMI! Não ao pagamento da dívida externa; Reforma agrária sob controle dos trabalhadores; Contra as reformas que atacam as conquistas e as condições de vida dos trabalhadores; Contra as "reformas" e pactos que retirem direitos dos trabalhadores; Negociação, sim, pacto social, não; Pela reestatização das empresas privatizadas; Contra a participação no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; Não à autonomia do Banco Central; Fora Israel dos territórios ocupados da Palestina.

O 22º CONGRESSO aprofundou a discussão da nossa organização democrática e aprovou alterações estatutárias como a criação das Seções Sindicais Multiinstitucionais, no sentido de ampliar e fortalecer a organização na base e ampliar as possibilidades de sindicalização dos que vêm sofrendo a forte investida da superexploração do trabalho docente nas instituições particulares de ensino.

As políticas sociais aprovadas no 22º CONGRESSO apontam, ainda, para a defesa da educação pública, gratuita, laica, socialmente referenciada, indicam o PNE da sociedade brasileira como parâmetro para as definições na política educacional, defendem o projeto de universidade do ANDES-SN, historicamente construído pelo Movimento Docente, que prevê a autonomia universitária, segundo o Artigo 207 da Constituição Federal, o financiamento público para a educação pública, a carreira e política de capacitação docente. Apontam também a rejeição do Projeto de Lei de Inovação Tecnológica.

Com esta orientação, o ANDES-SN continuará participando das lutas internacionais e nacionais contra a ALCA e a OMC e contra a mercantilização dos serviços públicos. Participará da CNESF e entrará nos congressos estaduais e nacional da CUT para que esta adote um preciso programa e plano de lutas contra as reformas de destruição dos serviços públicos, impulsionando, assim, a perspectiva classista e combativa do sindicalismo, no Brasil, colocando-nos na primeira fileira dos que buscam fazer com que o sentido da mudança seja o das transformações sociais.

A população brasileira indicou, claramente, sua vontade de alterar as condições políticas e sociais que vêm, secularmente, destruindo e negando sua possibilidade de existência. O ANDES-SN reafirma a necessidade e o desejo de ser sujeito histórico ativo nas lutas pelo processo de transformação social.

Teresina, 13 de março de 2003

AMÉRICA LATINA

LE MONDE
diplomatiqueAD
VERSO

Um ano e meio após o temível Patriot Act, o Domestic Security Enhancement Act é um projeto que fala por si mesmo: entre outros absurdos, exige o registro do DNA de estrangeiros suspeitos de delitos e de cidadãos norte-americanos suspeitos de terrorismo

Philippe Rivière*

Os demolidores de liberdade

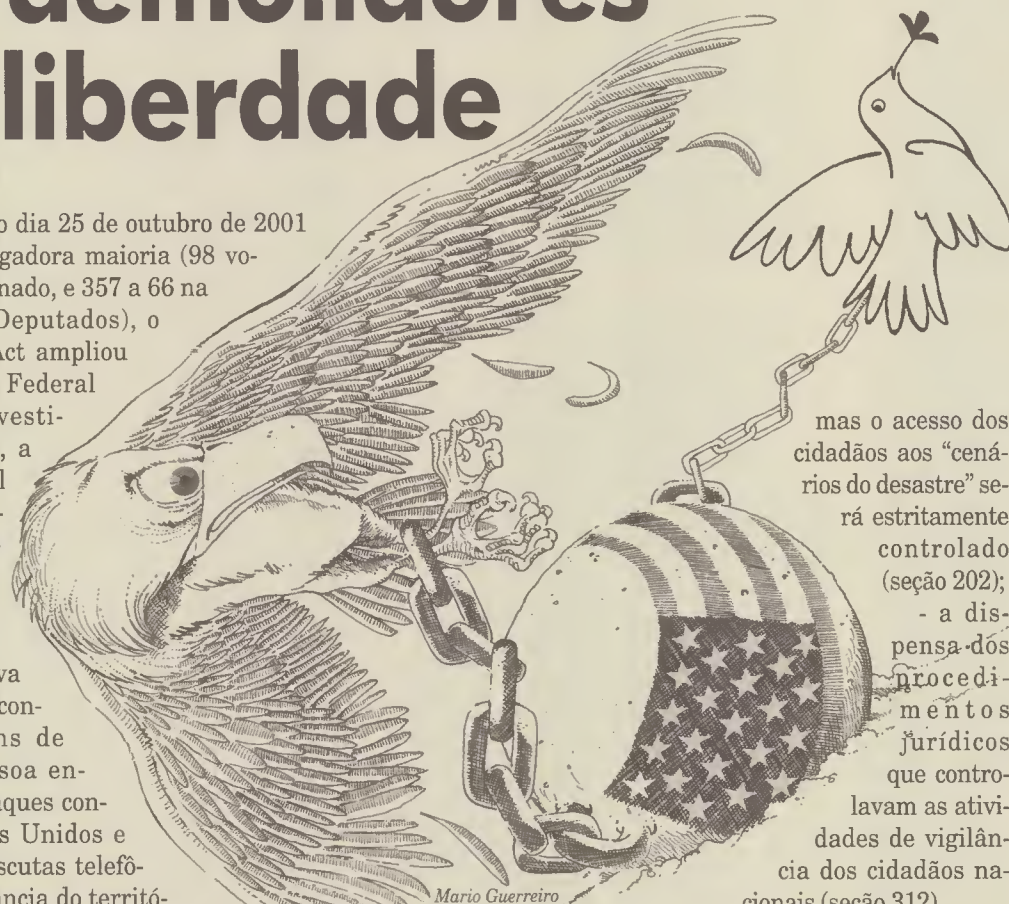
Aprovado no dia 25 de outubro de 2001 por uma esmagadora maioria (98 votos a um no Senado, e 357 a 66 na Câmara dos Deputados), o USA Patriot Act ampliou os poderes do Federal Bureau of Investigations (FBI, a polícia federal norte-americana) e de outras agências de manutenção da ordem. A lei autorizava o presidente a confiscar os bens de qualquer pessoa envolvida em ataques contra os Estados Unidos e facilitava as escutas telefônicas e a vigilância do território interno. O muro que, desde os escândalos da década de 70, restringia a informação ao exterior e os poderes de polícia no território norte-americano, estava derrubado e, sem demora, o governo podia confiar ao almirante John Poindexter – condenado por conspiração e mentira perante o Congresso após haver participado do escândalo da venda de armas ao Irã para financiar os contranicaraguenses – o projeto orwelliano de uma vigilância “total” da população, de suas viagens, de seus gastos etc., com o objetivo de detectar sinais precursores de uma ação “terrorista”.

O “Patriot Act II”

Após 18 meses de reflexão e uma guerra, os serviços de segurança voltam à carga. Munidos de um projeto “Patriot Act II”, denominado Domestic Security Enhancement Act, atacam, desta vez, os muros externos e os alicerces. O projeto fala por si mesmo. Além do registro do DNA de estrangeiros suspeitos de alguns delitos, ou de cidadãos norte-americanos suspeitos de terrorismo, ele prevê os seguintes pontos:

- um cidadão norte-americano poderá ser expulso dos Estados Unidos. E isto “se, com a intenção de se desfazer de sua nacionalidade, ele se tornar membro de – ou der apoio material a – algum grupo que os Estados Unidos tiverem classificado como ‘organização terrorista’ (seção 501)”; um juiz poderá, então, decidir que um cidadão não merece mais ser norte-americano, se a conduta dele “demonstrar sua intenção” de não mais o ser;

- a avaliação dos riscos em caso de catástrofe industrial, que os movimentos ecológicos e as comunidades tinham conseguido impor contra a vontade das indústrias químicas, permanecerá obrigatória,



mas o acesso dos cidadãos aos “cenários do desastre” será estritamente controlado (seção 202); - a dispensa dos procedimentos jurídicos que controlavam as atividades de vigilância dos cidadãos nacionais (seção 312).

O silêncio cúmplice da imprensa

Se aprovado (seus poucos oponentes situam-se tanto à esquerda do Partido Democrata quanto à direita do Partido Republicano), o projeto oficializaria também as prisões secretas no âmbito de inquéritos antiterroristas, colocando a lista de nomes das pessoas presas fora do alcance do Freedom of Information Act – a lei que permite a todo cidadão norte-americano consultar qualquer documento oficial (seção 201).

Ao invés dos rios de tinta, das mobilizações e dos debates de fundo esperados após a divulgação desse documento preparatório, no dia 7 de fevereiro, pelo Centro pela Integridade Pública2 (CPI), foi um silêncio quase total que acolheu a notícia nos meios de comunicação. “A informação suscitou pouco interesse na mídia norte-americana”, comenta o grupo de análise da mídia FAIR3, que registra que – com exceção de uma entrevista de Charles Lewis, do CPI, na cadeia de rádio PBS, uma citação no canal de televisão Fox News e um tratamento adequado no Washington Post – as grandes redes de televisão brilharam por seu silêncio, e os jornais nacionais, por tratarem o assunto em páginas internas.

O pós-11 de setembro decretou a morte de uma imprensa que defendia, em Washington, o acesso à informação pública e fiscalizava as tentações liberticidas do governo – do Watergate ao Irangate. Últimos atos de coragem, os “casos” O.J. Simpson e Monica Lewinsky tinham – é verdade – cavado a sepultura do “quarto poder”...

Tradução Iraci D. Poleti

* Jornalista, Le Monde diplomatique

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS
DOCENTES DA UFRGS
CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64

BALANCETES – VALORES MENSAIS - 2003

| RUBRICAS / MESES | JAN |
|---|--------------|
| ATIVO | 2.000.701,55 |
| FINANCEIRO | 1.753.397,07 |
| DISPONÍVEL | 246.565,20 |
| CAIXA | 1.133,16 |
| BANCOS | 94,14 |
| APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA | 245.337,90 |
| REALIZÁVEL | 1.506.831,87 |
| APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO | 1.497.586,98 |
| APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 1.497.586,98 |
| CRÉDITOS A REALIZAR | 9.244,89 |
| ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS | 7.178,86 |
| ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES | 842,00 |
| IMPOSTOS E CONTRIB. SOCIAIS A RECUPERAR | 956,06 |
| OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITOS | 0,00 |
| PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER | 267,97 |
| ATIVO PERMANENTE | 247.304,48 |
| IMOBILIZADO | 242.120,30 |
| BENS MÓVEIS | 77.484,86 |
| BENS IMÓVEIS | 248.811,89 |
| REFORMAS EM ANDAMENTO | 0,00 |
| (-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS | 84.176,45 |
| DIFERIDO | 5.184,18 |
| SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS | 9.489,78 |
| (-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS | 4.285,60 |

| | |
|--------------------------------|--------------|
| PASSIVO | 1.989.899,02 |
| PASSIVO FINANCEIRO | 14.957,41 |
| OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS | 2.306,39 |
| OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS | 0,00 |
| OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL | 27,78 |
| OBRIGAÇÕES DIVERSAS | 500,00 |
| CREDORES DIVERSOS | 1.778,61 |
| OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS | 12.651,02 |
| PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL | 12.651,02 |
| SALDO PATRIMONIAL | 1.974.941,61 |
| ATIVO LÍQUIDO REAL | 1.889.619,86 |
| SUPERÁVIT ACUMULADO | 85.321,75 |

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS

FOLHA 2

| RUBRICAS / MESES | JAN |
|---|------------|
| RECEITAS | 118.584,25 |
| RECEITAS CORRENTES | 82.202,46 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 82.202,46 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS | 35.948,58 |
| RECEITAS FINANCEIRAS | 35.948,58 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS | 0,00 |
| RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS | 0,00 |
| PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS | 433,21 |
| RECUPERAÇÃO DE DESPESAS | 283,21 |
| OUTRAS RECEITAS | 150,00 |
| DESPESAS | 107.781,72 |
| DESPESAS CORRENTES | 107.781,72 |
| DESPESAS COM CUSTEIO | 27.347,78 |
| DESPESAS COM PESSOAL | 11.597,70 |
| DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS | 3.969,04 |
| DESPESAS DE EXPEDIENTE | 6.524,69 |
| DESPESAS C/IMPOSTOS/TAXAS/ÔNUS DIVERSOS | 2.216,89 |
| DESPESAS LEGAIS | 0,00 |
| DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO | 897,41 |
| DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES | 1.382,42 |
| DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO | 689,33 |
| ENCARGOS FINANCEIROS | 70,30 |
| DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS | 57.863,03 |
| DESPESAS COM VEICULAÇÃO | 1.128,80 |
| DESPESAS COM VIAGENS | 9.900,20 |
| DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS | 1.486,00 |
| DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA | 5.398,63 |
| DESPESAS COM PUBLICAÇÕES | 18.714,40 |
| DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS | 21.255,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 22.570,91 |
| CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES | 18.544,64 |
| CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT | 4.026,27 |

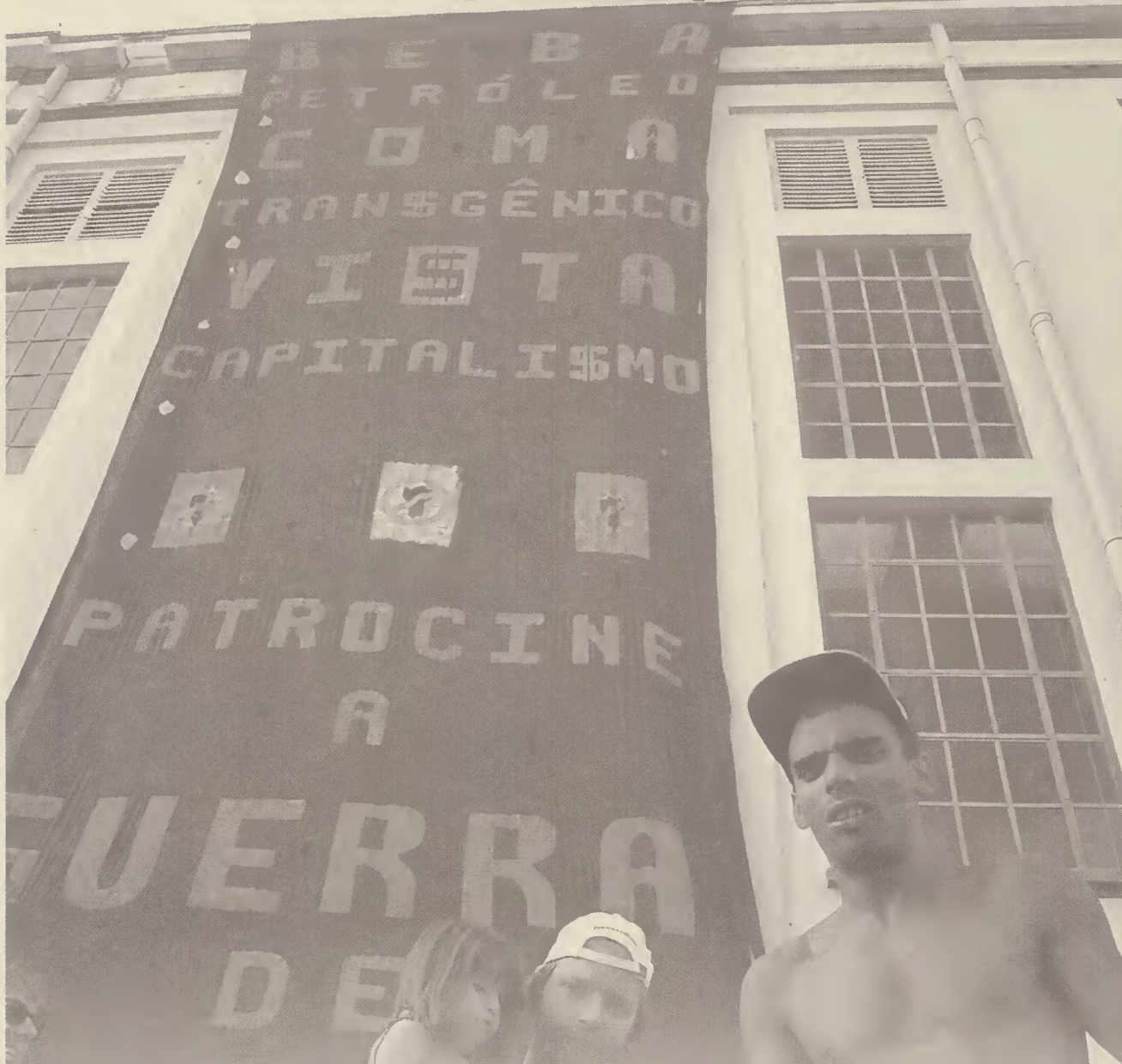
| | |
|---|-----------|
| RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS | 10.802,53 |
| RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO | 10.802,53 |

MARIA APARECIDA CASTRO LVI
PresidenteNINO H. FERREIRA DA SILVA
Contador - CRC-RS 14.418

NÃO À GUERRA

Boicote se espalha pelo mundo

Cristina Lima



O movimento de boicote aos produtos estadunidenses, forte nos países europeus que mais se opõem à guerra, cresce agora no Brasil. Articulado por estudantes, sindicatos e políticos como o deputado federal Chico Alencar (PT-RJ), o boicote pretende ser uma resposta à invasão do Iraque pelos Estados Unidos. Alencar disse que a ação não tem a pretensão de “abalar impérios” como a Coca-Cola e o McDonald’s. Mas trata-se de uma atitude mais parecida com a de Gandhi, que pregava a desobediência civil contra a Inglaterra para chegar à independência pacífica da Índia. Alencar defende a idéia de promover o consumo crítico contra os produtos das multinacionais dos Estados Unidos para despertar a consciência das pessoas. Como exemplo de quem participa da idéia, citou os professores do Rio de Janeiro que, em assembléia, aprovaram “a valorização dos produtos alimentícios tropicais e dos postos Petrobras e Ipiranga, ao invés dos gêneros hamburgueizados e cocacolizados dos fast-foods ou com o selo Esso, Texaco ou Shell”.

Com o desenrolar da guerra, o assassinato de iraquianos e a destruição da infraestrutura essencial à vida dos sobreviventes, a população mundial começa a se organizar para resistir a esta situação das mais diversas maneiras. Aquela que parece estar mais a mão é mesmo o boicote, principalmente às grandes marcas que hoje em dia significam o avanço imperialista estadunidense sobre o resto do mundo. Figura do movimento antiglobalização presente na segunda edição do Fórum Social Mundial, a jornalista canadense Naomi Klein já havia falado sobre esse processo em seu livro “Sem Logo – a tirania das marcas em um planeta vendido”. Em suma, o livro mostra como o crescimento estrondoso e a influência cultural promovida pelas corporações multinacionais estão fundamentados na premissa desenvolvida na década de 80 de

que as corporações de sucesso devem vender marcas, não produtos. Por isso, o boicote não significa apenas atingir os Estados Unidos onde mais dói, ou seja, no bolso do Tio Sam. Significa também uma ação simbólica contra a lógica do planeta vendido, da qual fala Naomi, e um gesto pacífico contra as decisões unilaterais de Bush.

O boicote vem acontecendo, inclusive, do lado pró-guerra. Enquanto o movimento contra as grandes marcas estadunidenses ganha força, um anúncio publicado no jornal “The New York Times” convoca os americanos a um boicote aos produtos e serviços franceses, num protesto contra a posição da França em relação ao conflito no Iraque. A propaganda foi paga pelo sítio de notícias conservador NewsMax.com, que cita dezenas de empresas ou produtos franceses, como Air France, Bic, Givenchy, Lancôme, Club Med e Peugeot. “Não esqueceremos a forma como a França trabalhou incansavelmente para apoiar o Iraque”, diz o anúncio, que ocupa um quarto de página. “Boicotem a França”, exige o título, ao lado de uma foto do presidente francês, Jacques Chirac. O Newsmax.com já havia publicado um anúncio parecido no conservador “The Washington Times”, e afirmou ter enviado dez mil e-mails apelando para o movimento contra os produtos franceses.

Beirando o ridículo, até mesmo o cardápio servido no avião presidencial dos EUA, o Air Force One, já sofreu mudanças. Os chefes da intendência da Casa Branca decidiram retirar qualquer referência à França do menu. Agora o cardápio oferece “freedom toasts”, ao invés das “french toasts”, as torradas francesas. Representantes republicanos estadunidenses também rebatizaram uma série de pratos que faziam referência à França nas cafeterias do congresso, começando pelas batatas fritas, ou “french fries”, que se transformaram em “freedom fries” (“fritas da liberdade”).

“A Coca-Cola não está disponível”

Ao mesmo tempo, a Europa, onde o boicote também vem ganhando gás, responde. Na Alemanha, cada vez mais restaurantes estão tirando tudo que for norte-americano de seu cardápio. Em dezenas de locais de Hamburgo, Berlim, Munique, Bonn e outras grandes cidades, os garçons estão dizendo: “Desculpe, mas a Coca-Cola não está disponível devido à atual situação política.” Nada de Coca-Cola, Budweiser, Marlboro, whisky do Tennessee ou mesmo cartões American Express. Em alguns restaurantes da zona rural da Rússia, há placas avisando que norte-americanos não são bem-vindos, segundo o jornal “Izvestia”. E a fábrica alemã de bicicletas Riese und Mueller cancelou todos os contratos com fornecedores norte-americanos. “Eles só prestam atenção quando há dinheiro envolvido”, disse Heiko Mueller, o diretor da empresa, que compra por ano cerca de 300 mil dólares em peças de seis fábricas dos Estados Unidos. “Queríamos nos manifestar contra esta guerra e dissemos a nossos colegas norte-americanos que, a menos que eles renunciem a tudo o que seu governo está fazendo, não iremos mais negociar com eles.” Na Argentina, a rede de comida rápida McDonald’s já tem inclusive uma campanha para se defender do prejuízo que um grande boicote poderia gerar em seus lucros. “Feito na Argentina” é o lema escolhido para tentar conter a onda de manifestações em frente às suas lojas, em protesto pela invasão do Iraque. “Porque todos nós desejamos a paz, nós, os 10 mil argentinos que trabalham no McDonald’s, queremos que esta mensagem chegue a todo o país”, pediu a empresa em um anúncio publicado em março nos principais jornais de Buenos Aires. Desde que a intervenção norte-americana começou no Iraque, manifestantes realizam freqüentes protestos em frente às lojas da rede, que culminaram, no último dia 21 de março, em cinco lanchonetes do McDonald’s atacadas durante protestos em bairros comerciais de Buenos Aires. A rede de lanchonetes é uma das mais visadas. Desde que a guerra começou, já houve incidentes de depredação contra lojas em lugares tão distantes quanto a França ou a Indonésia. Como tantos outros movimentos antiglobalização econômica e anti-imperialistas, o boicote às marcas estadunidenses é articulado principalmente através da Internet. Em um sítio, o www.consumers-against-war.de, é proposto o boicote às 27 maiores empresas norte-americanas, entre as quais a Microsoft e a Kodak, o que, em escala mundial, poderia realmente ferir a economia estadunidense. Outro sítio, o www.adbusters.org, sugere “um boicote à marca América”. A página www.boycottwar.net, do International Group of Direct Economic Action against the war (Ideia, em português, Grupo Internacional por Ações Econômicas Diretas contra a guerra) traz uma lista das principais multinacionais a serem boicotadas e indica outros endereços na rede para quem quiser participar deste movimento.



Graciliano Ramos - Escritor

A safra de tatus

(...) Um dia Cesária me perguntou: – Xandu, porque é que você não aproveita a vazante do açude com uma plantação de mandioca?”

– “Han? Disse eu distraído, sem notar o propósito da mulher. Que plantação?” E ela, interesseira e sábia, a criatura mais arranjada que Nosso Senhor Jesus Cristo botou no mundo: – “Farinha está pela hora da morte, Xandu. Viaja cinquenta léguas para chegar aqui, a cuia por cinco mil-réis. Se você fizesse uma plantação de mandioca na vazante do açude, tínhamos farinha de graça.” – “É exato, gritei. Parece que é bom. Vou pensar nisso.” E pensei. Ou antes, não pensei.

O conselho era tão razoável que, por mais que eu saltasse para um lado e para outro, acabava sempre naquilo: não havia nada melhor que uma plantação de mandioca, porque estávamos em tempo de seca braba, a comida vinha de longe e custava os olhos da cara. Íamos ter farinha a dar com o pau. Sem dúvida. E plantei mandioca. Endireitei as cercas, enchi a vazante de mandioca. Cinco mil pés, não, catorze mil pés ou mais. No fim havia trinta mil pés. Nem um canto desocupado. Todos os pedaços de maniva que peguei foram metidos debaixo do chão.

– “Estamos ricos, imaginei. Quantas cuias de farinha darão trinta mil pés de mandioca? Era uma conta que eu não sabia fazer, e acho que ninguém sabe, porque a terra é vária, às vezes rende muito, outras vezes rende pouco, e se o verão apertar, não rende nada. Esses trinta mil pés não renderam, isto é, não renderam mandioca. Renderam coisa diferente, uma esquisitice, pois, se plantamos maniva, não podemos esperar de modo nenhum apanhar cabaças ou abóboras, não é verdade? Só podemos esperar mandioca, que isto é a lei de Deus. A gata dá gato, a vaca dá bezerro e a maniva dá mandioca, sempre foi assim. Mas este mundo, meus amigos, está cheio de trapalhadas e complicações. Atiramos num bicho, matamos outro. E sinhá Terta, que mora aqui perto, na ribanceira, escura e casada com homem escuro, teve esta semana um filhinho de cabelo cor de fogo e olho azul. Há quem diga que sinhá Terta não seja séria? Não há. Sinhá Terta é um espelho. E por estas redondezas não existe vivente de olho azul e cabelo vermelho. Boto a mão no fogo por sinhá Terta e sou capaz de jurar que o menino é do marido dela. Vossemecês estão-se rindo? Não se riam não, meus amigos. Na vida há muito surpresa, e Deus Nosso Senhor tem esses caprichos. Sinhá Terta é mulher direita. E as manivas que plantei não deram mandioca.

Seu Firmino está aí fala não fala, com a pergunta

na boca, não é seu Firmino? Tenha paciência e escute o resto. Ninguém ignora que plantação em vazante não precisa de inverno. Vieram umas chuvinhas e a roça ficou uma beleza, não havia coisa parecida por aquelas beiradas. – “Valha-me Deus, Cesária, desabafei. Onde vamos guardar tanta farinha?” mas estava escrito que não íamos arrumar nem uma prensa. Quando foi chegando o tempo da arranca, as plantas começaram a murchar. Supus que a lagarta estivesse dando nelas. Engano. Procurei, procurei, e não descobri lagarta. – “Santa Maria! cisme! A terra é boa, aparece chuva, a lavoura vai para diante e depois desanda. Não entendo. Aqui há feitiço.”

(...) **Esperava tamboeira choca, mas, acreditem vossemecês, encontrei uma raiz enorme, pesada, que se pôs a bulir. A bulir, sim senhor. Meti-lhe o facão. Estava oca, só tinha casca. E, por baixo da casca, um tatu-bola enrolado. (...)**

Passei uns dias acuado, remexendo os miolos e não achei explicação. Tomei aquilo como castigo de Deus, para desconto dos meus pecados. O que é certo, é que a praga continuou: no fim de S. João todas as folhas tinham caído, só restava uma garrancheira preta. – “Caiporismo, disse comigo. Estamos sem sorte. Vamos ver se conseguimos levar ao fogo uma fornada.” Encangalhei um animal, pendurei os caçuás nos cabeçotes, marchei para a vazante. Arranquei um pau de mandioca, e o meu espanto não foi deste mundo. Esperava tamboeira choca, mas, acreditem vossemecês, encontrei uma raiz enorme, pesada, que se pôs a bulir. A bulir, sim senhor. Meti-lhe o facão. Estava oca, só tinha casca. E, por baixo da casca, um tatu-bola enrolado. Arranquei outra vara seca: peguei o segundo tatu. Para encurtar razões, digo aos amigos que passei quinze dias desenterrando tatus. Os caçuás enchiam-se, o cavalo emagreceu de tanto caminhar e Cesária chamou as vizinhas para salgar aquela carne toda. Apanhei uns quarenta milheiros de tatus, porque nos pés de mandioca fornidos moravam às vezes casais, e nos que tinham muitas raízes acomodavam-se famílias inteiras.

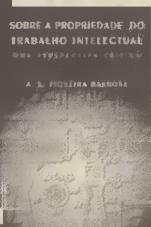
Bem. O preço do charque na cidade baixou, mas ain



Trecho de conto do escritor alagoano Graciliano Ramos falecido há 50 anos, no dia 20 de março de 1953

da assim apurei alguns contos de réis, muito mais que se tivesse vendido farinha. A princípio não atinei com a causa daquele despotismo e pensei num milagre. É o que sempre faço: quando ignoro a razão das coisas, fecho os olhos e aceito a vontade de Nosso Senhor, especialmente se há vantagem. Mas a curiosidade nunca desaparece do espírito da gente. Passado um mês, comecei a matutar, a falar sozinho, e perdi o sono. Afinal agarrei um cavador, desci a vazante, esburaquei tudo aquilo. Achei a terra favadada, como um formigueiro. E advinhei por que motivo a bicharia tinha entupido a minha roça. Fora dali o chão era pedra, cascalho duro que só dava coroades-frade, quipá e mandacaru. Comida nenhuma. Certamente um tatu daquelas bandas cavou passagem para a beira do açude, topou uma raiz de mandioca e resolveu estabelecer-se nela. Explorou os arredores, viu outras raízes, voltou, avisou os amigos e parentes, que se mudaram. Julgo que não ficou um tatu na caatinga. Com a chegada deles as folhas da plantação murcharam, empreteceram e caíram. Estarei errado, seu Firmino? Pode ser que esteja, mas parece que foi o que se deu.

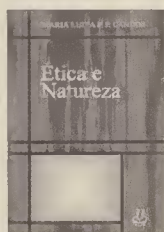
ORELHA



Sobre a propriedade do trabalho intelectual - uma perspectiva crítica
A. L. Figueira Barbosa

Reflexão sobre a propriedade industrial. Esclarece condições necessárias à

construção de ações integradas de política econômica, capazes de possibilitar o uso da propriedade industrial como instrumento de desenvolvimento. Ed Ufrj, 416 p. R\$18,00.

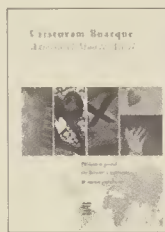


Ética e Natureza

Maria Luiza P. F. Landim

Numa época em que as questões ecológicas agitam cada vez mais as discussões científicas, morais, políticas e até do dia-a-dia da sociedade, Maria Luiza P. F. Landim mostra que o

filósofo francês Henri Bergson oferece uma base filosófica para a elaboração de uma ética adequada à ecologia. Editora UAPÊ, 228 p. R\$26,00.



Admirável Mundo Atual - Dicionário pessoal de horrores e esperanças do mundo globalizado
Cristovam Buarque

Análise do mundo globalizado feita por uma ótica original. O ministro da Educação

e ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, faz um estudo acurado sobre o nosso admirável mundo atual. Geração Editorial, 334 p. R\$31,80.

WWW

Cinema

www.imdb.com Internet Movies Database, o sítio sobre cinema mais completo da internet, todos os filmes de quaisquer nacionalidade estão no arquivo do sítio, em inglês.

Previdência

www.movimentoprevidencia.org.br Desenvolvida pela Unafisco. Página oficial do Movimento em Defesa da Previdência Social Pública. Notícias e links sobre o assunto são alguns dos serviços do sítio.

"O compromisso é que a editora tenha o mesmo padrão da Ufrgs"

Com o desafio de publicar no mais curto espaço de tempo cerca de 180 obras que se encontravam paradas na editora, aumentar a produção para além dos 50 títulos anuais e incrementar a divulgação, Jusamara Souza, que assumiu recentemente a diretoria da editora Ufrgs, sabe que tem um árduo trabalho pela frente. Para alcançar tais metas, assumidas com a administração superior da universidade, ela conta com as parcerias, verbas extras e terceirização dos recursos humanos. Os primeiros passos, garante, já foram dados, mas é preciso esperar no mínimo um ano para colher os frutos.

Maricélia Pinheiro

AD verso - **O que muda na editora da Ufrgs nessa nova gestão em relação à anterior? Seu trabalho deverá ser uma continuidade do que vinha sendo feito ou se podem esperar novos projetos?**

Jusamara - O mais importante na proposta da nossa gestão foi um compromisso que eu assumi com a administração superior de transformar a editora da Ufrgs, para que ela tenha o mesmo padrão de exigência da universidade. Nesses 30 anos muito já foi feito. São cerca de 500 títulos publicados, o que é muito para uma editora universitária. Mas nos últimos anos ela tem sofrido um pouco, assim como todos os outros setores, por falta de recursos humanos e financeiros.

Apesar de todas essas adversidades, temos o compromisso de aumentar o número de títulos. Atualmente, são publicados em média 50 por ano. E na busca de uma nova identidade, cabe a nós procurar um envolvimento maior com a graduação e a pós-graduação e incrementar o trabalho de divulgação. É uma meta já perseguida pelas administrações anteriores, mas que a gente pode intensificar e aperfeiçoar. Há vários projetos que pretendemos pôr em andamento como obras voltadas para o ensino básico e outro mais arrojado que é o de envolver a mídia eletrônica.

Adverso - **A Ufrgs é uma das maiores universidades do Brasil. No entanto este tamanho não se reflete no número de livros publicados, nem na divulgação, distribuição e agilidade de lançamentos. Como a senhora pretende enfrentar problemas como estes?**

"Foi repassada uma verba extra para colocar em dia a produção acumulada"



Jusamara: "cabe a nós procurar um envolvimento maior com a graduação e a pós-graduação"

ses mútuos que facilitam a divulgação, o que é um grande problema das editoras em geral. Vamos participar de eventos nacionais que dão visibilidade à editora, como a Bienal, de 15 a 25 de maio, e o encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que acontece em Recife em breve. São dois eventos onde a produção científica e particularmente as editoras universitárias estão bem representadas. Recentemente, na África, fomos representados pela Associação Brasileira de Editoras Universitárias (Abeu). Estamos fazendo o possível para mostrar esse trabalho fora do Brasil. Há ainda um sistema de mala-direta, por área de conhecimento, que atinge tanto segmentos internos da universidade como associações. Como esse trabalho começou agora, não dá ainda para sentir os resultados, mas acredito que dentro de um ano teremos uma avaliação mais concreta, inclusive com números. Outra meta é aumentar o número de distribuidores no País e fora dele e abrir livrarias nos dois principais campi: o Central e o do Vale. As vendas pela internet têm sido incrementadas e hoje superam as da livraria.

Adverso - **Quem avalia o que deve ou não ser publicado pela editora e quais são os critérios que se utilizam?**

Jusamara - Os critérios para se apresentar uma obra estão disponíveis na internet. Não publicamos literatura, obras destinadas ao público infantil e infanto-juvenil. Essas não são áreas de nosso interesse. Publicamos obras acadêmicas, que tenham uma relação com a pesquisa e a extensão. Também não publicamos obras que venham em formato original de dissertação de mestrado ou tese de doutorado. Entendemos que, para haver

Cristina Lima

um divulgação maior, essas obras precisam ser elaboradas em formato de livros, de forma a tornar a leitura mais acessível, sem jargões. A obra é submetida a uma avaliação do Conselho Editorial, formado por dez pessoas de várias áreas de conhecimento. Esse conselho é responsável pelo encaminhamento das obras a pareceristas competentes nas áreas específicas de conhecimento. Vale ressaltar que são todos professores voluntários.

Adverso - **Alguns professores acabam buscando outras editoras para publicar seus livros em função, entre outros fatores, da demora da publicação que pode chegar a dois anos. O que falta para acabar com este problema e o que pode ser feito já?**

Jusamara - O tempo de dois anos não é normal. Um dos compromissos dessa nova gestão é não ultrapassar seis meses, o que é a média. Existe a idéia de um curso direcionado aos autores para que entendam melhor como se faz um livro. Uma editora, por melhor que seja, não consegue produzir um livro em menos de dois meses. Se alguma editora promete isso é porque não usa métodos criteriosos, porque o processo de publicação de uma obra é naturalmente lento. A demora atual, acima do aceitável, se dá pela falta de recursos humanos, financeiros e equipamentos. Temos apenas duas revisoras, que revisam em média 40 páginas por dia. Não se pode submeter uma pessoa a mais do que isso. Para melhorar esse ponto vamos contar com a terceirização desse serviço, porque com os funcionários que temos hoje seria impossível agilizar o trabalho. Quanto aos recursos financeiros nos foi repassada uma verba extra para colocar em dia a produção acumulada, que hoje é de 180 livros, aproxima-

madamente. A idéia é que a editora se torne auto-sustentável e não dependa mais de verbas das pró-reitorias. Acreditamos que com a abertura de novas livrarias teremos uma incrementação nas vendas.

"Há a idéia de um curso para os autores para que entendam melhor como se faz um livro"

Adverso - **Como é feito o trabalho de distribuição dos títulos publicados?**

Jusamara - Há a livraria, distribuidores em vários pontos do Brasil e alguns no exterior, além do sistema de mala-direta. Queremos fazer com que os livros percorram todo o País, atingindo consumidores além da comunidade universitária.

Adverso - **Que tipo de convênios a editora tem ou pode vir a ter para alavancar as publicações?**

Jusamara - Os apoios são muito importantes para agilizar a parte gráfica e alguma outra que possa ser eventualmente terceirizada. Basicamente hoje temos convênio com cursos de pós-graduação, que também se encarregam de trazer apoio de outras instituições. São parcerias que facilitam e agilizam e com as quais esperamos continuar contando nos próximos meses, além das novas que pretendemos estabelecer.